

1% ao ano. É aproximadamente o mesmo ritmo em que, no Brasil, nós estávamos, nos últimos anos, vencendo o "deficit" de "ensino médio", em relação ao grupo 11-17 anos.

Dessa forma, apesar da opinião de um Conant que julgou que há provavelmente mais excesso de estudantes superiores do que falta, os Estados Unidos, a Califórnia, em particular, estão atingindo o estágio em que, nos números, e, por consequência, logo depois transpassará para a ideologia, ao menos no nível de "junior college", haverá "ensino superior para todos" (24).

Os Estados Unidos aproximam-se de uma saturação das escolas. É, então, curioso que, eles por saturação e nós, por carência, estejamos convergindo em uma abertura para re-examinarmos o papel, o funcionamento, a importância e mesmo a necessidade da escola (25). Mas é outro assunto muito importante e muito complexo para ser tratado aqui.

Fiz essas duas últimas observações sobre a dialética dos fatos e das idéias, porque o fio de minha palestra, como todos perceberam, foi assinalar o vai-e-vem de certos estereótipos e de certos transplantes anacrônicos, e as dificuldades e algumas inconveniências de um regime de importações.

Por outro lado, espero que, tendo relatado algumas de minhas reações de viagem, tenha acabado conseguindo dizer alguma coisa útil sobre a educação no Brasil.

(24) Um estudo de 1968 prevê para a cidade de New York, em 1975, cem por cento de escolaridade até 22 anos, com um mínimo de 14 anos de curso.

(25) Cf. os artigos importantes e um tanto demagógicos e "ideológicos" de Illich sobre a futilidade das escolas. E também Everet Reimer — *School is dead*. Ooubleday — N. Y. 1971.

O comércio inglês com Pernambuco no século XVI: Três exemplos

JOSÉ ANTONIO GONSALVES DE MELLO

O interesse inglês pelo Brasil revela-se pouco depois da descoberta do país. São, porém, muito insuficientes as informações acerca das primeiras viagens de ingleses à terra recém-revelada. William Hawkins, de Plymouth, é apontado como o pioneiro nesse intercurso, tendo viajado no seu navio *Paul*, em 1530 e 1532, para local no Brasil não identificado. A essas duas viagens outras se seguiram, de iniciativa de comerciantes daquela cidade, de Southampton e de Londres. Assim foram sendo estabelecidos os primeiros contactos, quer com os ameríndios — Hawkins leva um chefe índio à Inglaterra — que com portugueses que aqui e ali se tinham fixado em pontos vantajosos do litoral. (1)

Notícias pormenorizadas acerca das relações comerciais entre o Brasil e a Inglaterra datam da década de 1570, quando a indústria açucareira já se desenvolvera a ponto de despertar o interesse dos comerciantes ingleses. Estes incluíam não apenas os burgueses, mas a pequena nobreza (a *gentry*, palavra de difícil tradução), a qual, quebrando a tradição de sua classe, como ocorria na Europa Ocidental, lançou-se aos negócios, inclusive os ultramarinos. Estudos recentes têm posto em relevo a importância dos capitais da *gentry* em investimentos aplicados na expansão das atividades comerciais da Inglaterra. (2)

(1) A fonte principal sobre as primeiras viagens inglesas ao Brasil é a *Hakluyt's Collection of the Early Voyages, Travels and Discoveries of the English Nation*, 5 vols. (Londres, 1809-12). V. Shillington e A. B. W. Chapman, *The Commercial Relations of England and Portugal* (Londres, s. d.) pouco acrescentam de novo (e nem sempre com segurança) aos textos de Hakluyt.

(2) Theodore K. Rabb, *Enterprise & Empire. Merchant and Gentry investment in the expansion of England, 1575-1630* (Cambridge, Massa., 1967).

Assim, quando um inglês estabelecido em São Vicente, no atual Estado de São Paulo, escreveu a um compatriota seu, residente na pátria, Richard Staper, solicitando que lhe fosse enviado um navio com carga que ele minuciosamente especificou, o pedido foi prontamente atendido. Chamava-se o inglês John Whithall, mas — ele próprio o diz — era conhecido entre portugueses do lugar pelo nome de John Leitão. Prometia que os gêneros enviados ali seriam vendidos com lucro equivalente a 300% do valor original e que o navio levaria de volta um carregamento de açúcar branco adquirido à razão de 400 réis a arroba. E para animar o correspondente afirmava: “this voyage is as good as any Peru voyage”. A referência à terra fabulosa da prata era, por si só, a garantia, que ele prometia, de “great gains”.

As mercadorias a serem enviadas deviam incluir tecidos diversos — holandas, baetas, tafetás, sedas, etc. — tesouras, facas, fechaduras para portas e arcas, anzóis, papéis de vários tipos, vidros variados inclusive venezianas, sabão, pregos, aço e outros muitos gêneros enumerados por Whithall com as respectivas quantidades. Relação muito curiosa, pois é um dos novos documentos do século XVI onde se relacionam os artigos de que necessitavam os colonos do Brasil. (3) Não esquece ele de solicitar, para seu uso pessoal, uma dúzia de camisas e também mantos para uso das mulheres, “which is the most necessary thing that can be sent”. A carta está datada de 26 de junho de 1578. (4)

A proposta de Whithall foi aceita pelo correspondente, que se associou a comerciantes de Londres e fizeram partir com destino a São Vicente o navio *Minion of London*, o qual chegou ali

(3) “A somewhat similar list appears in a ‘Note of all such wares as are good and necessary for the parts of Brazil’ in the *Dom. St. P.* for 1582 (vol. 153 so forth”: L. de Alberti e A. B. W. Chapman, *English Merchants and the Spanish Inquisition in the Canaries* (Londres, 1912) p. 153.

(4) *Hakluyt’s Collection* cit., IV p. 199; Robert Southey também publicou a carta e a lista dos gêneros, *History of Brazil* 3 vls. (Londres, 1810-19) I pp. 649-651.

em fevereiro de 1584. Esta é a evidência mais antiga do interesse dos negociantes ingleses pela distante colônia portuguesa e um elemento esclarecedor do espírito de aventura daqueles capitalistas.

O que se passou em São Vicente — que Whithall dizia estar “bordering upon the borders of Peru” — repetiu-se em Pernambuco. Documentos referem que em 1583 Thomas Cordell, William Garraway e outros enviaram o navio *Merchant Royal* com um carregamento de gêneros alimentícios a Pernambuco que naquele ano “estava sofrendo fome”. (5) Realmente, aquele ano foi marcado por uma seca terrível, referida pelo Padre Fernão Cardim: “no ano 83 houve tão grande seca e esterilidade nesta Província (coisa rara e desacostumada, pois é terra de contínuas chuvas) que os engenhos d’água não moeram muito tempo. As fazendas de canaviais e mandioca muitas se secaram, por onde houve grande fome, principalmente no sertão de Pernambuco, pelo que desceram do sertão apertados pela fome, socorrendo-se aos brancos, quatro ou cinco mil índios. Porém, passado aquele trabalho da fome, os que puderam se tornaram ao sertão, exceto os que ficaram em casa dos brancos, ou por sua ou sem sua vontade”. (6)

Cordell e Garraway eram poderosos capitalistas de Londres, proprietários de várias embarcações e financiadores de expedições de ataque às linhas de navegação espanhola na área do Caribe. Entre aquelas estava incluído o *Merchant Royal*, de 350 toneladas, do qual Cordell era o proprietário principal. O interesse deste por Pernambuco fica esclarecido graças a uma informação do historiador K. R. Andrews: “ele era comerciante

(5) K. R. Andrews, *Elizabethan Privateering during the Spanish War, 1585-1063* (Cambridge, 1964) p. 205. Este livro, excelente, é resultado de cuidadosa pesquisa em arquivos ingleses e o utilizamos com freqüência neste nosso artigo. Sobre a presença desse navio em Pernambuco ver também os Regimentos dados a Baltazar Rodrigues Sosa, e Baltazar Ferraz (Lisboa 12 de março de 1588 e 12 de fevereiro de 1591) publicados na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* vol. 67, 1a. parte (Rio, 1906) pp. 219 e 240.

(6) Fernão Cardim, *Tratados da Terra e Gente do Brasil* (Rio, 1925) p. 331.

de açúcar e dirigia uma refinaria". (7) Garraway era de menor categoria que Cordell, porém ativo e empreendedor.

O *Merchant Royal* veio a Pernambuco, provavelmente, por insinuação de mercadores aqui residentes ou de correspondentes destes em Portugal, pois só assim as dificuldades decorrentes da seca de 1583 seriam conhecidas em Londres. O navio estava sob o comando de Robert Flick, o qual depois de ter vivido em Bruges (1572-75), transferiu-se para Portugal na qualidade de correspondente de comerciantes de sua nação, além de negociar por conta própria. Viveu em Portugal até 1586. Era, portanto, um conhecedor do tráfico brasileiro e, por esse motivo, foi escolhido para o comando do navio. Tendo vendido parte da carga em Olinda — dizem documentos oficiais portugueses que sem pagar os direitos da alfândega, mediante suborno dos que nela serviam — deixou aqui, ao partir, três ingleses para concluir a negociação dos gêneros. Um deles parece ter morrido, pois apenas dois ainda aqui estavam quando da chegada ao Recife da esquadra espanhola chefiada por Diogo Flores Valdez. Este, acusando os dois de estarem a serviço de Eduardo Fenton, que havia causado baixas em um encontro com navios daquela esquadra no sul do Brasil, prendeu-os, confiscou-lhes o restante da carga e os enviou presos a Sevilha, sendo dali levados a Lisboa, onde foram soltos em consideração pela ajuda que haviam prestado em Pernambuco por ocasião da seca. (8)

Neste caso um navio inglês vem ao Recife, com mercadorias inglesas, a negociar. Mas há a considerar que em navios portugueses vinham também, ao mesmo porto, mercadorias de idêntica procedência por conta de mercadores ingleses. É o que ocorre com o navio *São João Batista* de propriedade de Francisco da Rocha, de Viana do Castelo.

Um dos clássicos portugueses mais conhecidos é a *Vida de Dom Frei Bartholomeu dos Mártires* que Frei Luís de Sousa

(7) Andrews, liv. cit., p. 111.

(8) Todas as indicações no liv. cit., pp. 205-206.

acabou de escrever em 1619: aí se diz, com relação aos fins do século anterior, da atração que "as terras novas do Brasil" exerciam sobre os minhotos, trazendo, somente os naturais de Viana do Castelo, "setenta navios de toda sorte" no comércio com elas, "com que a terra está mocissa de riqueza", tendo aqueles mesmos que mourejavam na pesca, em oitenta barcas, abandonado "animosamente a pobreza das redes e a segurança das praias pelas esperanças e perigos do alto". (9) Toda esta riqueza originava-se do comércio do açúcar do Brasil, especialmente de Pernambuco e da Bahia; graças a ele Viana do Castelo e outras cidades-portos da metrópole renascem para a prosperidade. (10)

O caso da nau *São João Batista* é um exemplo a ilustrar a iniciativa de um aventureiro vianês em seus negócios com o Brasil. É de fins do século XVI um extrato do livro de contas de Francisco da Rocha em relação com Richard May e outros capitalistas ingleses. O documento está redigido em inglês, mas não está datado; paleograficamente pode ser atribuído aos fins daquele século. O local referido no texto como sendo o da transação é "Brazilia", mas quando se faz referência à carga de açúcar e pau-brasil feita por Rocha, está mencionado que a negociação ocorreu em Olinda em 1585. Do documento colhe-se que Francisco da Rocha recebeu em Londres, de diversos comerciantes, mercadorias e dinheiro no montante de 562 libras esterlinas e 14 xelins, das quais devia dispor no Brasil e, com o resultado do negócio, devia reembolsar os seus credores quando do seu regresso a Londres. (11)

(9) *Vida de D. Frei Bertolomeu dos Martyres* 2 vls. (Lisboa, 1850-53) I pp. 164-165.

(10) Vitorino Magalhães Godinho, *Ensaio* 3 vls. (Lisboa, 1968-71) II p. 203. Aí se recorda que Viana do Castelo teve um extraordinário desenvolvimento urbano e econômico graças ao comércio com o Brasil: em 1527 a cidade contava 962 fogos e em 1619 eram 2.500; o número de naus e caravelas sobe de 19 em 1586 para 70 em 1619.

(11) O documento em questão está no British Museum, Add. MSS 14027 fls. 123/126. Sobre a procedência deste documento ver M. de Oliveira Lima, "Manuscritos do Museu Britânico", *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* vol. 65, 2a. parte (Rio, 1903) p. 63. C. R. Boxer cita o manuscrito, mas não estabeleceu a conexão com os papéis da primeira visita do Santo Ofício: "English shipping in the Brazil trade, 1640-65", *Mariners's Mirror* vol. 37 n.º 3 (julho de 1951) p. 197.

O texto é claro ao indicar que as anotações se faziam como memórias da dívida contraída: “A Remembrance what I owe in London and to what persons to whom I doo owe uppon bonde to paye in London in retorne of my voyage, our Lord brynginge me in good savettye to the said citty of London”. Em seguida especificam-se os credores: a Richard May, da cidade de Londres, devia £ 234 e 4 xelins, tanto por dinheiro quanto por gêneros recebidos, dos quais passara uma letra que ficava em poder do comerciante. A este cabia o risco da viagem e da negociação: “he is to bear the adventur therof to the Brazill and from the Brazill to London wythe all the ports wher I shall towche as in the charter partye and God brynginge me in safetye I will pay him as above is said and he is to paye for the assurance therof owtle warde and home warde”. A Mr. Bechar devia £ 175, a Thomas Cordell e John Williams £ 112 e 10 xelins, a Randall Syme £ 39. Há referência a outros credores, cujos créditos não estão especificados: James Fynche e Richard Kinge e um irmão. (12)

Não temos pormenores da negociação das mercadorias inglesas em Pernambuco, mas somente que a carga de retorno consistia em açúcar e pau brasil e que a bordo tinha vindo pelo menos um inglês a serviço dos capitalistas de Londres. A *São João Batista* regressou à Inglaterra em 1585, mas a viagem de volta foi acidentada, pois com o confisco dos navios ingleses em portos espanhóis, ordenado por Filipe II em maio de 1585, começaram da parte da Inglaterra ações de represália (embora sem declaração formal de guerra) contra domínios e navegação da Espanha. Um depoimento prestado perante o Visitador da Inquisição, em Olinda, em 27 de maio de 1594, por João da Rocha Paris, sobrinho de Francisco da Rocha Paris, então residente no engenho deste em Jaboatão, em Pernambuco, refere o que ocorreu: “haverá nove anos, pouco mais ou menos [portanto, 1585], que indo ele com o dito seu tio Francisco da

(12) As grafias dos nomes próprios são as do MS acima citado. Acerca de Richard May, John Williams e James Finch não conseguimos informação. Mr. Bechar é Henry Beecher, comerciante em grosso de açúcar em Londres, Thomas Cordall é Cordell, Symes e Richard King eram comerciantes em Londres e o irmão deste era Thomas King de Ipswich: Andrews, liv. cit., p. 206.

Rocha Paris, que ora está casado com Maria Fernandes Peixoto e morador em Viana, em uma nau do mesmo ano foram publicadas as guerras e indo assim com mercadorias de açúcar e pau do Brasil para venderem em Inglaterra, foram tomados no mar pelos ingleses piratas, e, depois de roubados, os lançaram na Ilha Terceira; e porquanto muita da dita fazenda que levaram ia dirigida a outros mercadores ingleses da Inglaterra, o dito seu tio com ele testemunha se foram à Inglaterra negociar a restituição da dita fazenda e, depois de negociarem na cidade de Londres, o dito seu tio comprou uma nau e aparelhou uma zabra que lhe deram em satisfação do que lhe roubaram, e carregou a dita nau de fazenda para Portugal, para onde se tornaram, levando consigo nas ditas nau e zabra alguns vinte e cinco ingleses por oficiais delas, de bombardeiros, trombetas, cirurgiões, médicos, marinheiros etc., e foram ter à dita Viana, onde descarregaram e daí se tornaram muitos dos ditos ingleses para suas terras, porquanto Sua Majestade lhes deu licença para isso”. (13)

Documentos ingleses confirmam a narrativa acima: neles está referido que a nau *São João Batista* foi capturada por George Raymond comerciante de Chichester, o qual combinava a empresa privada com o serviço no mar, e Bernard Drake. Como a carga de açúcar pertencia a comerciantes de Londres — e aqui ocorre a referência a que um empregado inglês de um dos capitalistas, Richard King, tinha participado da viagem para superintender os negócios, bem como Edward Stephens ou Stevens a que adiante faremos referência — o desfecho foi o indicado por João da Rocha Paris. (14)

Francisco da Rocha, que fretara a *São João Batista* aos homens de negócio de Londres, estava agora de posse de uma nau e de uma zabra — navio, este último, cuja descrição não encontramos em dicionários especializados, mas que era de pe-

(13) Rodolfo Garcia (ed.), *Primeira Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil. Denúncias de Pernambuco* (São Paulo, 1929) p. 276.

(14) Andrews, *Elizabethan Privateering* p. 206 e Alberti e Chapman, *English Merchants* p. 21.

queno porte, de 60 a 70 toneladas. Com ambas veio a realizar nova viagem a Pernambuco, associado, ainda uma vez, a capitalistas ingleses. Os acontecimentos dessa nova viagem estão narrados em várias fontes. Teve ela início em 1587 — e não por volta de 1588, como a ela se reporta Bastião Pires da Abrigueira. Este, em uma denúncia perante o Visitador do Santo Ofício em Pernambuco em 7 de fevereiro de 1594, narrou o seguinte: “haverá seis anos, pouco mais ou menos, que ele embarcou em Viana em uma nau que diziam ser de Francisco da Rocha, na qual vinha o dito Francisco da Rocha, que a trouxera da Inglaterra, e vinham, afora outra gente, alguns ingleses e escoceses e outros estrangeiros, e sua direita viagem era para Angola, na qual tomaram a Ilha da Palma [nas Canárias], onde, depois de desembarcados, veio o vigário da cidade da Laguna e prendeu, da parte da Santa Inquisição, ao dito Francisco da Rocha como capitão e senhorio da dita nau inglesa e a todos mais ingleses e estrangeiros que nela vinham e mandou tomar as velas e aparelhos da nau e a fazenda que nela vinha, e depois destas diligências feitas mandou o dito vigário e por sua ordem encaminhou o dito Francisco da Rocha à Inquisição da Grã Canária, o qual Francisco da Rocha levou consigo dois dos ingleses, um se chamava mestre Richarte, e outro não se lembrara como se chamava, e ele denunciante foi em companhia do dito Francisco da Rocha, servindo-o, e chegaram todos quatro à Grã Canária e foram a casa dos Inquisidores e o dito Francisco da Rocha, com os dois ingleses, foi, por espaço de alguns quinze dias, todos os dias, à Inquisição falar com os Inquisidores, e ele denunciante ficava guardando-lhe a espada na parte da rua. E, depois de passados os ditos dias, o dito Francisco da Rocha se tornou com ele denunciante para a dita Ilha da Palma, dizendo que os ditos dois ingleses ficavam presos na dita Grã Canária, tendo a dita cidade por prisão, e que trazia despacho da dita Inquisição para lhe desembarcarem a dita nau e fazenda e outra zabra mais que com ela trazia e para ele tornar à mesma Grã Canária e levar consigo os dois ingleses e que para isto dera na mesma Grã Canária fiança e ficara por seu fiador João Cortes dos Rios. E assim se vieram ambos à dita Ilha da Palma, onde se tornou a embarcar o dito Francisco da Rocha e embarcou consigo aos ditos

dois ingleses, que dizia lhe ser mandado na dita Inquisição que os levasse lá sob a dita fiança, os quais eram Alberto Carlos e Mestre Goneiro e na dita nau se embarcou ele denunciante também com ele e foram a Angola e de Angola à Bahia e da Bahia vieram a este Pernambuco, e não quis o dito Francisco da Rocha levar os ditos dois ingleses à Inquisição da Grã Canária, como ficava obrigado, e na dita navegação da Palma para Angola morreu um dos ditos dois ingleses, chamado Mestre Goneiro, e a este Pernambuco veio ter o outro chamado Alberto Carlos, o qual inda ora é morador nesta vila [de Olinda] e usa de mercancia na rua de Janafonso, por detrás de São Pedro”. (15)

O Visitador do Santo Ofício pediu ao denunciante que apontasse outras testemunhas dos fatos narrados e ele respondeu que “disso devem também saber João da Rocha [Paris] e um mancebo chamado Domingos e um criado do dito Francisco da Rocha chamado André, e Gaspar da Rocha [Paris, pai de João], irmão do mesmo Francisco da Rocha que andava por capitão da zabra, [o qual] é mercador e ora estante nesta vila [de Olinda] na rua da Serralheira”. Esclareceu o denunciante, ainda, que Francisco da Rocha Paris era senhor de um engenho de açúcar em Jaboatão e era natural de Viana do Castelo e ali casado, “e para lá se foi na mesma nau, haverá ora cinco anos, pouco mais ou menos” [cerca de 1589]. (16).

Gaspar da Rocha Paris, testemunha referida, em data de 9 de junho de 1595, “jurou que haverá sete ou oito anos [1587 ou 1588] que com seu irmão foi à Ilha da Palma e que os Inquisidores da Grã Canária mandaram lá ir ao dito seu irmão, o qual levou consigo dois ingleses dos que trazia nas naus, os quais ficaram na Grã Canária, donde o dito seu irmão tornou para a Palma, deixando lá fiança de tornar lá, não sabe para que, com a nau, na qual estavam muitos estrangeiros, um dos

(15) *Denúncias de Pernambuco* cit. pp. 223-224. A ortografia foi atualizada, bem como a pontuação.

(16) Liv. cit., pp. 225-226.

quais era Alberto Carlos, inglês, que nesta vila anda. E que o dito seu irmão não tornou nem levou à dita Grã Canária, pelo que inda haverá três anos andava o dito seu irmão em Lisboa com o Cardeal em requerimento sobre lhe desobrigarem a dita fiança que deu, da qual não sabe se é já desobrigado”. (17)

João da Rocha Paris em depoimento já citado, de 27 de maio de 1594, referiu que com o tio veio na nau e zabra “buscar vinhos à Ilha da Palma, trazendo nelas consigo dez ou doze ingleses, e estando na Palma veio um clérigo chamado Torres e levou consigo ao dito seu tio e a dois dos ditos ingleses, chamados Duarte um, que era seu criado, e outro Richarte Níomane, marinheiro e mestre de bombardeiros, os quais o dito seu tio levou consigo para o servirem à Ilha da Canária à Santa Inquisição, por o mandarem chamar os Inquisidores pelo dito clérigo; e assim foi o dito seu tio, levando mais para o servirem um Bastião Pires Abrigueira e outro Belchior da Noia; enquanto o dito seu tio foi, ele testemunha ficou na nau e depois do dito seu tio tornar lhe contou que os inquisidores da Grã Canária lhe mandaram deixar na mesma Canária os ditos dois ingleses e lhe mandaram que lhes levasse lá mais os que lhe ficaram na nau que tinha na Palma, onde ele testemunha ficou, e que para lhos levar deixara fiança. Pelo que se tornaram a embarcar na Palma, com determinação de levarem à Grã Canária os ditos ingleses, os quais eram Alberto Carlos, que também trazia mercadoria sua própria, e João Richarte, que ora está casado em Viana e outro Richarte trombeta que se foi já para Inglaterra e Thomas que também para lá se foi, e outros que morreram; e indo assim para a Grã Canária o dito seu tio com os ditos ingleses na zabra achou um ladrão [isto é, um corsário], pelo que lhe foi necessário fugir para o Cabo Branco, para onde ele testemunha ia esperá-lo e porque nisto se lhes passou a conjunção deixaram a navegação da Grã Canária e se foram ao Cabo Verde, donde se tornaram a Angola e de Angola a este Brasil, trazendo consigo os ditos ingleses que nomeado tem; e porquanto o dito seu tio mandou depois à Grã Canária requerer desobrigação da dita fiança na Santa Inqui-

(17) Liv.. cit. pp. 225-226 nota.

sicão, lhe escreveu há pouco que estava remetido isto à Santa Inquisição de Sevilha”. (18)

Outra testemunha dos acontecimentos da viagem, André Paris, em depoimento datado de 15 de julho de 1595 contou “que haverá dez anos, pouco mais ou menos [1585], foi ele ter à Ilha da Palma em companhia de seu tio Francisco da Rocha Paris, morador em Viana, primo co-irmão de sua mãe, onde viu que um Comissário do Santo Ofício, chamado Torres, deu recado ao dito seu tio, da Santa Inquisição da Grã Canária, que fosse lá, o qual foi, ficando ele testemunha na Palma. E depois que veio o dito seu tio, disse, perante ele testemunha, que ele deixara fiança na Inquisição da Grã Canária para tornar lá e levar consigo uns ingleses que em sua companhia trouxera da Inglaterra, os quais ingleses eram Alberto Carlos, que ora está nesta vila [de Olinda] e nela era mercador, e Richarte Esteves, trombeta, que já fugiu para Inglaterra, e Nicolas francês que já morreu, e outros já defuntos, os quais ingleses o dito seu tio não levou à Inquisição da Grã Canária nem tornou lá mais, porque embarcando-se com eles em uma sua zabra para a dita Grã Canária não seguiu viagem e voltou para este Brasil. E a causa dele não seguir a viagem para a Grã Canária na dita zabra, ouviu ele testemunha dizer ao mesmo seu tio, que fora porque vira velas de inimigos defronte da barra da Grã Canária e que mais não sabe”. (19)

Da passagem de Francisco da Rocha Paris pela Inquisição das Canárias nos dá notícia o livro de L. de Alberti e A. B. W. Chapman, *English Merchants and the Spanish Inquisition in the Canaries*, publicado em Londres em 1912. Dele apresentaremos alguns elementos relacionados com o tema deste artigo. As informações prestadas pelos autores foram recolhidas de transcrições de processos da Inquisição daquelas Ilhas. Segundo esses papéis, a nau e a zabra chegadas à Ilha da Palma haviam partido da Inglaterra com uma patente expedida em nome da Rainha Elizabeth, datada de Londres 20 de maio de 1586 (es-

(18) Liv. cit., pp. 276-277.

(19) Liv. cit., p. 458.

tilo velho), que lhe servia de garantia contra possíveis ataques de corsários ingleses. De Londres as duas embarcações propunham-se a ir a Angola, onde deveriam dispor do carregamento de vinho e mercadorias diversas e, dali, com negros escravos, rumar ao Brasil, onde seria feita carga de açúcar e pau-brasil; do Brasil seguiriam para Lisboa, de onde, depois de pagos os direitos da alfândega, voltariam ao ponto de partida. A tripulação incluía inicialmente, além de portugueses, três espanhóis estantes na Inglaterra como prisioneiros dos corsários, quinze ingleses, um escocês, um flamengo e um francês.

Os navios partiram de Londres, em junho de 1586, e permaneceram em Viana do Castelo de julho do mesmo ano a janeiro de 1587; aí alguns dos estrangeiros foram obrigados a desembarcar. Foi feito novo manifesto da carga, com o que se pretendia fazer crer que toda ela fora embarcada em Viana. Em janeiro aportaram em Lisboa, onde carregaram as quinilharias necessárias ao comércio de escravos negros. Na Ilha da Madeira adquiriram vinhos, mas não em quantidade suficiente, pelo que foram completar a carga desse gênero na Ilha da Palma, nas Canárias (março de 1587). Aí estiveram sob ameaça de confisco, dado que, em consequência da guerra declarada entre a Inglaterra e a Espanha, a presença a bordo de tripulantes ingleses tornou os navios suspeitos de pirataria e os portugueses de cúmplices dos inimigos políticos. Essa suspeita parecia tanto mais fundada quanto as duas embarcações poderosamente artilhadas.

Embora as autoridades civis tenham finalmente liberado os dois navios, o mesmo não aconteceu com os representantes da Inquisição. Alonso de Torres, em nome do Santo Ofício, embargou-os, até que fosse comprovada a crença religiosa dos tripulantes estrangeiros. Examinados na fé dois deles, Richard Newman (o Richarte Niomane da referência de João da Rocha Paris) e Edward Stephens ou Stevens (o Duarte pelo mesmo mencionado), verificou a Inquisição que eles não só haviam abjurado o Catolicismo, como tinham dúvidas sobre a doutrina da Igreja. Convocados os demais, Francisco da Rocha Paris burlou a Inquisição e seguiu com os navios para Angola e de lá

para o Brasil, tendo chegado a Pernambuco ainda no decorrer de 1587. (20).

Entre os ingleses que tinham escapado assim ao Santo Ofício e desembarcaram no Recife, estava um de nome Alberto Carlos. Em conversa com os moradores de Olinda, logo evidenciou-se como herege. Um conterrâneo descreve-o como "alto de corpo, ruivo"; a maioria limita-se a mencionar as suas afirmações eivadas de heresia. Dizia, por exemplo, que não havia santos que em vida fizessem milagres, a não ser os doze Apóstolos; que os seus conterrâneos, embora não obedecessem ao Papa, eram bons cristãos; que na Inglaterra a confissão fazia-se a Deus, não a confessores, etc. (21)

Alberto Carlos esteve em Pernambuco a negociar as fazendas de Francisco da Rocha e a cobrar suas dívidas até que chegou em 1593 a Olinda o Visitador do Santo Ofício, Heitor Furtado de Mendonça. Nas denúncias de suspeitos de heterodoxias e de heresias que então foram apresentadas ao Visitador, o inglês aparece com frequência. Com receio de suas próprias afirmações heréticas, Alberto Carlos, em data de 5 de novembro de 1593, apresentou-se ao Visitador e confessou ter levantado a dúvida, a propósito do Bispo Dom Frei Bartholomeu dos Mártires, que qualquer homem em sua vida, mesmo vivendo santamente, não era santo e que só o poderia ser depois de morto e canonizado; disse ainda que em perigo de morte recorreria apenas a Cristo e não a nenhum santo nem à Virgem Maria — o que afirmou ter dito sem má tenção. (22)

O Inquisidor perguntou-lhe acerca de sua origem e da razão de sua presença em Pernambuco. Respondeu que era inglês, filho de um homônimo, escocês, que vivia de sua fazenda, mas desconhecia a própria mãe e nem mesmo lhe sabia o nome, sendo ambos Católicos. Tinha 41 anos de idade e era casado

(20) *English Merchants* cit., pp. 15-27.

(21) *Denúncias de Pernambuco* cit., *passim*.

(22) Arquivo Nacional da Torre de Tombo (Lisboa), cartório da Inquisição de Lisboa, processo 6633. Infelizmente desaparecido o livro 1.º das Confissões de Pernambuco da primeira visitação do Santo Ofício, o texto da confissão de Alberto Carlos está transcrito no processo citado.

com Ana Escarlota, que ele supunha Católica por ser filha de Católicos e morava em Londres, onde a deixara há nove ou dez anos, "que tantos há que de lá se veio", e era mercador estabelecido em Olinda. Confessou que fora casado por um ministro luterano, aos 28 anos de idade, e vivera quatro anos com a mulher. "E perguntado para que se veio da Inglaterra disse que a buscar a vida, enfadado da terra estar trabalhosa com os luteranos e hereges de outras seitas . . . e que sua determinação ora é ganhar cá nestes Reinos sua vida, para que em havendo em algum tempo paz vá habitar com sua mulher".

Consideradas as denúncias contra Alberto Carlos e a sua confissão, e ouvido o parecer de um teólogo, foi este de opinião que "parece ser ele luterano formado e cismático, que por necessidade vive nesta terra, porque consta ser inglês de nação . . . e no progresso de sua vida declarou por vezes a peçonha do luteranismo que professa", concluindo por propor: "portanto deve ser preso e castigado asperamente conforme aos sagrados cânones". Em acórdão firmado pelo Bispo do Brasil e por outros religiosos convidados, datado de Olinda 31 de julho de 1595, "pareceu a todos os votos serem bastantes as culpas para ele ser preso e lhe ser escrita e sequestrada sua fazenda, porquanto na confissão que fez não contesta no essencial com as testemunhas que contra ele depõem". Em 29 de agosto de 1595 o Visitador assinou a ordem de prisão, que foi cumprida. (23)

Embarcado o preso em uma nau com destino aos cárceres da Inquisição de Lisboa, teve a sorte de ser ela tomada por corsários ingleses nas Berlengas, sendo levada para a Inglaterra; assim Alberto Carlos ficou livre da prisão. (24)

Do processo que a seu respeito se conserva no cartório da Inquisição de Lisboa, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, consta que Francisco da Rocha Paris, depondo a respeito do antigo preso, em Lisboa, em data de 13 de agosto de 1615,

(23) Documento citado.

(24) Depoimento de Francisco da Rocha Paris perante a Inquisição, Lisboa 13 de agosto de 1615, no processo citado.

referiu que lhe constava que o mesmo morrera nas Antilhas. A afirmativa provavelmente visava ao levantamento do sequestro da fazenda apreendida em poder de Alberto Carlos, porquanto fez prova perante a Inquisição de que tudo quanto se encontrava em poder do inglês não era de propriedade deste, mas dele Francisco da Rocha. E que tendo sido vendida a fazenda em Pernambuco, do procedido dela se enviaram duzentos e tantos mil réis que se encontravam ainda em poder do fisco em Portugal. E solicitava que lhe fosse entregue a aludida quantia, tendo opinado favoravelmente o Juiz do Fisco em Lisboa, Joaquim Álvares Sanches (16 de abril de 1617), resolvendo a Inquisição que, não obstante não haver notícia certa da morte de Alberto Carlos, nem serem decorridos cem anos para se ter presunção dela, fosse o fisco autorizado a devolver o dinheiro a Francisco da Rocha Paris, mediante fiança até que o processo fosse julgado em definitivo pelo Santo Ofício (16 de julho de 1617). (25)

A presença inglesa no Nordeste do Brasil e especialmente em Pernambuco, no século XVI, não teve o vulto nem o volume do comércio hanseático e holandês. Entretanto, os ingleses não estavam menos interessados do que os seus concorrentes do norte da Europa no açúcar do Brasil; ao contrário destes, porém, preferiam à viagem direta às terras do Novo Mundo o ataque às linhas de navegação que demandavam o porto de Lisboa. A documentação contemporânea revela a presença constante desses corsários à espreita dos navios procedentes do Brasil.

O Padre Francisco Soares, S. J., que, ao regressar do Brasil em 1589 em companhia do Padre Cristovão de Gouveia, foi tomado no mar pelos piratas, conta que "este ano passado de [15]89 em nove meses tomaram [os ingleses e franceses] à ida como à vinda 73 navios carregados e o em que tomaram o mesmo ano de 89 valia de açúcar até quinze mil cruzados por ser pequeno, que outro nosso companheiro que também tomaram importava quarenta e seis mil cruzados, afora o navio e arti-

(25) Todos os documentos no processo citado.

lharia e por aqui se pode julgar os mais". (26) O Padre Fernão Cardim S. J. refere também que "o mar andava infestado de franceses e ingleses". (27)

Fontes inglesas utilizadas pelo historiador K. R. Andrews revelam que nos anos de 1589-91 foram tomados pelos ingleses no mar 34 navios procedentes do Brasil, com carga de açúcar e pau brasil. E acrescenta ele: "these ships came regularly from Pernambuco and frequently fell into English hands". (28) Um desses navios corsários, de propriedade de Roberto Auldworth, de Bristol, era chamado significativamente de *Sugar*. (29) A riqueza que o açúcar trazia para a Inglaterra aumentou o apetite dos comerciantes do país, e assim resolveram nove capitalistas de Londres organizar-se em sociedade e financiar uma expedição para atacar a principal área produtora de açúcar do mundo ocidental: Pernambuco: (30) Para chefiar tal empresa contrataram James Lancaster, que partiu de Tâmisia em outubro de 1594. Em caminho teve notícia de que o seu objetivo ganhara um interesse extra: a arribada forçada que fizera ao porto do Recife de uma nau portuguesa vinda do oriente: a *São Pedro*. Mas esse episódio já é uma outra história: de pirataria e não de comércio.

(26) *Coisas notáveis do Brasil* vol. I (Rio, 1966) p. 11.

(27) *Tratados* cit., p. 365.

(28) *Elizabethan Privateering* pp. 130 e 133.

(29) *Liv. cit.*, p. 209.

(30) Convém recordar a afirmativa de Ruth Pike a propósito do século XVI: "as the century wore on, sugar, because of its important resale value, stimulated by growing demand, became the second most important New World export, that is, after precious metals": *Enterprise and Adventure* (Ithaca, 1966) p. 67).

Uma notícia sobre a Música no Brasil dos séculos XVI e XVII

PE. JAIME DINIZ

A presença da Música na terra de Santa Cruz daquele primeiro de maio de 1500 — presença feita de organista, cantores e, mui provavelmente, instrumentistas tocando os seus tambores, as suas flautas verticais, as suas trombetas, porque os bravos portugueses, "para livrar a tristeza do mar", nunca os esqueciam em suas armadas, esses e outros instrumentos músicos — mais do que um simples episódio, constituiu-se numa espécie de *ouverture*, ou de primeira clarinada da vida musical do Brasil.

Naquela "solene missa, com muita festa", de que nos fala Gabriel Soares de Sousa, sabe-se que havia uma figura de organista — Frei Mafeo (ou Masseur) — um artista que toca órgão pela primeira vez no Brasil. No altar "mui bem corrigido", celebrou a santa missa Frei Henrique, "em voz entoada e oficiada com aquela mesma voz pelos outros padres e sacerdotes, que ali todos eram". Pero Vaz de Caminha lembra, ainda, que os índios dançaram e tocaram os seus instrumentos, ao fim da celebração religiosa: "alevantaram-se muitos deles, tangeram corno ou buzina, e começaram a saltar e dançar um pedaço"; e mais na frente da famosa *Carta*, esta outra passagem: "Enquanto ali este dia andaram, sempre ao som de um tamborim nosso, dançaram e bailaram com os nossos, em maneira que são muito mais nossos amigos que nós seus".

Pela Carta de Caminha, ficou claro que havia na armada um "*tamborim nosso*". Além do órgão e do tamborim, outros instrumentos certamente trouxeram os portugueses. João de Barros (*Decada, I*, Lisboa, 1552) regista outros instrumentos: "trombetas, os atabaques, sestros, tambores, flautas, pandeiros e até gaitas", nas armadas portuguesas.